

Após o 'milagre', medo e desesperança

Anos atrás, ocorreu o "boom". Agora, uma dívida enorme, uma inflação galopante e inquietações civis são os problemas do País.

WARREN HOGE
DO N. Y. TIMES

Quando os militares brasileiros assumiram o poder, em 1964, o País estava mergulhado no caos econômico. A inflação atingia 94% ao ano. Grupos sindicais organizavam passeatas em massa e muitos dos cidadãos eram obrigados a viver na maior pobreza imaginável.

Mas os novos líderes tinham um plano para transformar o Brasil numa potência industrial. Eles diminuíram os gastos militares, construíram indústrias de exportação, contraíram grandes dívidas — e, ao mesmo tempo, reduziram dramaticamente a

inflação. O País cresceu de forma rápida e furiosa — numa reviravolta econômica aclamada amplamente como "o milagre brasileiro".

As atuais conseqüências desse "milagre", contudo, se assemelham mais a um pesadelo. O Brasil se encontra em meio a uma profunda recessão, com mais de 20% de desempregados. O índice da inflação já atingiu o impressionante nível dos 127%. O País, principal devedor do mundo, com um total de US\$ 90 bilhões em aberto, está em vias de incapacidade de pagamentos. E, na medida em que os banqueiros mundiais tentam impor-lhe maior austeridade, as ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo já estão-se congestionando de trabalhadores irritados e em greve, protestando contra os cortes salariais.

Os líderes políticos brasileiros responsabilizam, principalmente, a recessão mundial por seus problemas; afinal, trata-se de um acontecimento que escapa ao seu controle. Mas, apesar dessas explicações, suas reputações mudaram: eles deixaram de ser considerados autores de milagres para serem tratados como pessoas que se fingem de doentes para fugir de suas obrigações. A posição do Brasil também mudou junto aos banqueiros internacionais: de cliente preferencial passou para o status de pária.

No entanto, para muitos empresários e financistas brasileiros, o problema está bem mais próximo. Mas eles não acusam o adoentado chefe de Estado, o general João Baptista Figueiredo. Em vez disso, muitos no Brasil responsabilizam o mais famo-

so economista do País, o ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto, pelo caos atual. Os mesmos empresários que deram saltos de alegria quando Delfim retornou ao cargo, em 1979, estão, agora, exigindo sua cabeça — e alguns acreditam que a conseguirão.

"SEM ESPERANÇA"

"O País está parado, aterrorizado e sem esperanças", disse Paulo Cunha, que está deixando o cargo de presidente da Associação Brasileira da Indústria Química, em uma recente reunião de líderes políticos e empresariais, em São Paulo. Até mesmo Carlos Geraldo Langoni, presidente do Banco Central brasileiro, afirmou que o rumo que ele ajudou a moldar é "socialmente perverso e economicamente ineficiente".

Comentários desse tipo são uma novidade no Brasil, onde a fé no futuro e a convicção no destino do País faziam parte integrante do caráter nacional. Tratava-se de uma nação com aspirações ilimitadas, comparáveis apenas às suas dimensões territoriais. O Brasil tinha consciência de seu destino como gigante industrial, preparando-se para competir com os Estados Unidos e a Europa.

Entretanto, dias atrás essa orgulhosa nação mal conseguiu impedir uma incapacidade de pagamento de US\$ 400 milhões devidos ao Banco de Pagamentos Internacionais. O problema só pôde ser contornado quando a diretoria do BIS concordou em prorrogar o prazo por mais 45 dias. Isso tudo aconteceu um dia depois de o Brasil concordar com as

exigências do Fundo Monetário Internacional para acabar com a indexação de sua economia, atitude que deverá permitir a liberação de uma parcela de US\$ 411 milhões do empréstimo do FMI, que o País utilizará para saldar o débito junto ao BIS.

Aparentemente, a "humilhação" econômica do Brasil ocorreu rapidamente. Como conseqüência da crise do balanço de pagamentos, no ano passado, tanto do México quanto da Argentina, muitos banqueiros reduziram severamente todos os seus empréstimos aos países latino-americanos. E, assim, quando venceram os prazos para os pagamentos de dívidas, a única opção do Brasil foi apelar ao FMI e a outros organismos mundiais de financiamento, a fim de conseguir novos empréstimos para saldar as dívidas mais antigas.